

# SUBSECRETARIA DE PARCERIAS GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

12ª Edição

29/03/2021

## Zoológico e Jardim Botânico: uma nova fase nas concessões ambientais no Estado de São Paulo

O Governo do Estado de São Paulo segue firme com a agenda de leilões do Programa de Concessão de Parques e Ativos Ambientais. Mesmo diante da conjuntura desafiadora, o Programa Estadual de Desestatização, coordenado pela Subsecretaria de Parcerias, tem cumprido com sucesso a sua missão. Isso se deve à continuidade das atividades de estruturação de projetos e da realização de leilões durante a pandemia – processos que têm contado com a ampla participação e engajamento do mercado. Com o Zoológico de São Paulo, o Zoo Safári e o Jardim Botânico não foi diferente.

O dia 23 de fevereiro de 2021 representa um marco importante para a sequência de delegações de ativos de relevância ambiental à iniciativa privada. Nesta data foi realizada, na B3, em São Paulo, a sessão pública de abertura de envelopes e o julgamento de propostas de preço elaboradas pelos licitantes que disputaram a Concorrência Internacional nº 02/2020, promovida pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

A maior proposta do certame foi formulada pelo Consórcio Reserva Paulista, que ofereceu o montante de R\$ 111.500.000,00 pela outorga do direito privativo de uso do Zoológico e do Jardim Botânico pelo Prazo de trinta anos, superando os R\$ 82 milhões apresentados pela empresa Cataratas do Iguazu, classificada em segundo lugar. A oferta representa um ágio de 132% sobre o valor mínimo de proposta de preço constante do edital de licitação, comprovando não apenas a importância de tais equipamentos, mas, também, a confiança do mercado pela carteira de projetos consolidada do Estado de São Paulo ao longo de quase três décadas.

Durante o prazo da Concessão, a futura concessionária será responsável pela realização de investimentos, operação e manutenção dos ativos a partir da prestação de serviços e exploração econômica das atividades de manejo, educação ambiental, lazer, cultura, ecoturismo e visitação. O valor estimado do contrato é de, aproximadamente, R\$ 417,5 milhões. Para viabilizar a exploração do potencial dos ativos foram previstos investimentos na ordem de R\$ 370 milhões, dos quais R\$ 180 milhões são relativos às intervenções mínimas que deverão ser realizadas pela futura concessionária ao longo dos cinco primeiros anos de execução do contrato.

Para além dos aspectos econômico-financeiros do projeto, a concessão revela-se como importante instrumento para a promoção do bem-estar animal – proporcionada, principalmente, pela

atualização do conceito do equipamento que passa a valorizar mais a preservação e conscientização ambiental do que a exposição de sua fauna – e preservação da flora regional. No Zoológico, a futura concessionária deverá realizar a ampliação e a adequação dos recintos e canalizar esforços para proporcionar ao usuário experiências voltadas à educação e à conscientização ambiental. Já no Jardim Botânico, o parceiro privado realizará intervenções voltadas a aumentar o potencial de lazer existente no local. Por fim, os ativos contarão com infraestrutura de interligação, viabilizando vivências do visitante em setores de fauna e de flora.

A partir da assinatura do contrato, o Governo do Estado redirecionará as suas ações, de acordo com a nova política pública estabelecida. Os recursos do tesouro serão destinados prioritariamente aos esforços relacionados às pesquisas voltadas para a proteção da biodiversidade, bem como para as tarefas relacionadas à fiscalização e gestão do contrato de concessão. Por outro lado, o parceiro privado mobilizará recursos e expertise acumulados para promover melhorias de infraestrutura e oferecer ampla gama de serviços que atraia o público e fomente o contato do ser humano com a natureza.

Após a concessão do Zoológico e Jardim Botânico, o Governo do Estado de São Paulo reserva novas oportunidades de investimento no setor de parques e ativos ambientais. Tais equipamentos serão importantes na retomada do turismo e da economia nos próximos anos. No radar encontram-se os Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren, cujas etapas de audiência e consulta públicas já foram concluídas. Fiquem atentos!

### Heloisa Proença

Assessora Especial do Vice-Governador  
Arquiteta pela FAU-USP

### Alessandro Nery

Assessor da Unidade de PPPs  
Doutor em Engenharia Química

### Roberto Longman

Assessor na Unidade de PPPs  
Bacharel em Administração

### Paula Pannunzio

Assessora na Unidade de PPPs  
Bacharel em Administração

### Gabriel Gracindo

Assessor na Unidade de PPPs  
Mestre em Direito

### Camila Modesto

Assessora na Unidade de PPPs  
Bacharel em Direito

## Últimas notícias

### Governo de SP assina contrato de concessão do Caminhos do Mar

O Governo do Estado de São Paulo e a empresa Parquetur assinaram, no dia 17 de março, o contrato de concessão do Núcleo Caminhos do Mar, localizado no Parque Serra do Mar. Com proposta de R\$ 4 milhões, que representa ágio de 216% na licitação, a concessão irá estimular o ecoturismo, além de garantir a manutenção das áreas de uso público e restauração dos nove bens tombados que compõem a Trilha dos Monumentos Históricos do Caminhos do Mar. O contrato, com prazo de 30 anos, prevê um investimento mínimo de R\$ 11 milhões, que incluem a implantação de serviços de apoio ao visitante, requalificação do estacionamento e das portarias, além da realização de intervenções elétricas e hidráulicas nos edifícios existentes.



**Na foto**, Rancho da Maioridade, um dos importantes atrativos históricos contidos no parque.

### Concluída a etapa de contribuições, o Projeto de Concessão dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren avança

O Governo do Estado de São Paulo finaliza no mês de março a fase de coleta de contribuições do Projeto de Concessão dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren. Foram três meses de trabalho iniciados com a realização da Consulta Pública nº 01/2021, seguida da audiência pública geral e de oitivas no âmbito de órgãos ambientais, dos conselhos dos parques e da comunidade científica. A etapa culminou na aprovação do projeto de concessão pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente no dia 24 de março.

Em todos estas etapas, o projeto foi bem recebido, seja pela sociedade civil, por interessados ou por órgãos ambientais. O interesse restou demonstrado nas mais de cem contribuições recebidas e na participação de seis interessados na rodada de sondagem de mercado realizada concomitantemente à fase de coleta de contribuições.

No momento, as manifestações ofertadas estão sendo analisadas pelo Grupo de Trabalho pertinente, visando ao aprimoramento da documentação, cuja publicação está prevista para o mês de maio. Antes disso, para dar ainda mais transparência ao processo licitatório, o Estado disponibilizará aos interessados *data room* com documentos e informações de apoio a respeito do projeto.

Para mais informações: [www.parcerias.sp.gov.br](http://www.parcerias.sp.gov.br)

*\*You will find the english version attached to this email.*

*\*Usted encontrará la versión en español adjunta a este correo electrónico.*

Caso não queira mais receber esta newsletter, por favor envie um e-mail para [parcerias@sp.gov.br](mailto:parcerias@sp.gov.br) com a palavra *cancelar*.

### TCE-SP julga improcedente a representação e leilão das Linhas 8 e 9 é marcado para 20/04

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão plenária realizada na quarta-feira, dia 17/03, julgou integralmente improcedente a representação proposta contra o edital de concessão das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM. Com a decisão, o Governo de SP tem o aval para prosseguir com o projeto, que trará benefícios aos mais de um milhão de passageiros que utilizam diariamente a linha em tempos de normalidade, além de reforçar a retomada econômica com os R\$ 3,2 bilhões de reais em investimento previsto na concessão. Após a decisão, o leilão foi remarcado para terça-feira dia 20/04 e ocorrerá na sede da B3, na capital.

### Conselho inclui 5a Rodada de Concessões rodoviárias no pipeline de projetos e solicita aprofundamento dos estudos

Na 255ª reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) foi decidida a inclusão da 5ª Rodada de Concessão de Rodovias, denominada “Bloco Noroeste Paulista”, na carteira de projetos do Programa Estadual de Desestatização (PED) e o aprofundamento dos estudos de modelagem apoiado por consultoria especializada em processo de contratação. A nova rodada, segregada preliminarmente em dois lotes, engloba aproximadamente 1.705 km de estradas no noroeste do Estado, ambos compostos por rodovias já concedidas, com contratos vincendos, acrescidos de trechos atualmente administrados pelo DER.



**Na foto**, trecho da SP-425 que será concedido na 5ª Rodada e que é, atualmente, administrado pelo DER.

### Aprovada a modelagem preliminar para a concessão das Travessias Litorâneas

O Governo do Estado de São Paulo dá mais um passo para a concessão de importante ativo social de serviço público, que trará maior conforto e segurança aos usuários. As travessias de logística e Transportes, são utilizadas, em média, por 28 mil automóveis/dia e 22 mil pedestres/dia. O sistema é composto por travessias nos litorais Norte, Centro e Sul do Estado, com especial destaque para a travessia Santos-Guarujá. Considerando os modais sobre rodas, trata-se do maior sistema de transporte aquaviário do Brasil.

Em reunião realizada no dia 23 de março, o Conselho de Desestatização do Estado de São Paulo aprovou modelagem que contempla 240 milhões em investimentos ao longo dos próximos 30 anos de prestação do serviço. O sistema de investimentos será a reabilitação da infraestrutura existente e a prestação eficiente dos serviços para a população. As audiências e consultas públicas do projeto estão planejadas para os meses de abril e maio, respectivamente.